



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



BRENDHO MOREIRA DE ARAÚJO

OS DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA-GO

2024

BRENDHO MOREIRA DE ARAÚJO

OS DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE GOÍAS

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Jefferson Santos Paiva.

GOIÂNIA-GO

2024

OS DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE GOIÁS

TITLE: SUBTITLE EM INGLÊS

Brendho Moreira de Araújo ¹

Jefferson Santos Paiva (a)²

Resumo

No estado de Goiás, a Polícia Militar desempenha um papel preventivo e contribui para a segurança pública de acordo com a Constituição Federal de 1988. O trabalho envolve inspeções ambientais no estado de Goiás, onde a Polícia Militar Ambiental (PMA) desempenha um papel importante na aplicação das leis. O estudo tem como objetivo entender os desafios enfrentados pela PMA no estado de Goiás durante as inspeções e identificar oportunidades para melhorar sua eficácia. A importância da proteção e a relevância das atividades PMA tornam crucial entender os desafios enfrentados e buscar soluções para aumentar a eficácia das inspeções. Quais são os principais desafios enfrentados pela PMAGO em inspeções e como esses desafios afetam a implementação de regulamentos na região? Examina os desafios enfrentados pelas inspeções no estado de Goiás, analisa obstáculos e oportunidades para aplicar regulamentos e delinea áreas com a maior incidência de violações ambientais. Os dados foram coletados através de entrevistas e análise de gráficos. A maioria dos participantes estava associada à polícia militar, indicando uma alta representação dos profissionais de segurança pública. A maioria dos participantes estava relativamente familiarizada com os desafios enfrentados pelos inspetores, mas ainda há espaço para melhorar a conscientização. As percepções da eficácia das estratégias adotadas pela polícia indicam que a maioria das pessoas acredita que essas estratégias são moderadamente eficazes, mas que também existem preocupações e incertezas.

Palavras -chave: Polícia Militar, Polícia Militar Ambiental, Inspeção Ambiental, Desafio, Eficácia.

Abstract

In the state of Goiás, the Military Police plays a preventive role and contributes to public security in accordance with the Federal Constitution of 1988. The work involves environmental inspections in the state of Goiás, where the Environmental Military Police (PMA) plays an important role in enforcing environmental laws. The study aims to understand the challenges faced by the PMA in the state of Goiás during environmental inspections and identify opportunities to improve its effectiveness. The importance of protection and the relevance of PMA activities make it crucial to understand the challenges

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: Brendho_22@hotmail.com . Telefone: (61) 9507-3165

² Professor Orientador: 2º Sargento PM 31.849 Jefferson dos Santos Paiva, Gestor em Segurança Pública pela Universidade Estadual de Goiás - UEG; Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Goiás - UniAnhanguera; Bacharel em Teologia pela Universidade Cesumar - UniCesumar; Especialista em Direito Penal pela Universidade Federal de Goiás - UFG; e-mail: paiva.penal@gmail.com; Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/4081647126698518>.);

faced and seek solutions to increase the effectiveness of inspections. What are the main challenges faced by PMAGO in environmental inspections and how do these challenges affect the implementation of environmental regulations in the region? It examines the challenges faced by environmental inspections in the state of Goiás, analyzes obstacles and opportunities to enforce regulations, and outlines areas with the highest incidence of environmental violations. Data were collected through interviews and analysis of graphs. Most participants were associated with the military police, indicating a high representation of public security professionals. Most participants were relatively familiar with the challenges faced by inspectors, but there is still room for improvement in awareness. Perceptions of the effectiveness of strategies adopted by environmental police indicate that most people believe these strategies are moderately effective, but there are also concerns and uncertainties.

Keywords: Military Police, Environmental Military Police, Environmental Inspection, Challenge, Effectiveness.

1 INTRODUÇÃO

No estado de Goiás, a Polícia Militar cumpre a função de polícia preventiva, conforme previsto no artigo 144 da Constituição Federal de 1988. No contexto brasileiro, a Polícia Militar atua como força suplementar e de apoio ao Exército Brasileiro, contribuindo para o Sistema geral de Segurança Pública e Proteção Social do país. Seus membros são denominados “Militar do Estado”. A estrutura organizacional da Polícia Militar de Goiás é composta por batalhões, companhias e pelotões, sendo que batalhões e companhias independentes são organizados sob Comandos Regionais. Estes Comandos, estrategicamente localizados nas principais áreas urbanas, alocam os seus batalhões e companhias com base na densidade populacional das respectivas cidades (NASCIMENTO, 2017).

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda as complexidades contemporâneas relacionadas às atividades de fiscalização ambiental no Estado de Goiás. A preservação do meio ambiente é um desafio global, e a Polícia Militar Ambiental desempenha um papel crucial na aplicação das leis ambientais e na promoção da sustentabilidade. A atuação dessa instituição, por meio do policiamento ostensivo, busca manter a ordem pública, incluindo a proteção dos ecossistemas.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as estratégias de atuação da Polícia Militar Ambiental, identificando medidas eficazes e, principalmente, elencando os desafios enfrentados na preservação ambiental. Embora a atuação da instituição seja relevante, observa-se a necessidade de uma abordagem mais abrangente e colaborativa na fiscalização ambiental. A pesquisa visa, portanto, evidenciar obstáculos e oportunidades para melhorar a eficácia dessas ações.

Diante da importância da atuação da Polícia Militar Ambiental na fiscalização ambiental em Goiás, torna-se crucial identificar e compreender os desafios enfrentados por essa instituição. A pergunta norteadora desta pesquisa é: Quais são os principais desafios enfrentados pela Polícia Militar Ambiental do Estado de Goiás na fiscalização ambiental, e de que maneira esses desafios afetam a eficácia na aplicação das normativas ambientais na região?

O objetivo geral foi examinar os desafios enfrentados na fiscalização ambiental em Goiás, analisando as barreiras e oportunidades para a efetiva aplicação das normativas ambientais na região. Os objetivos específicos foram os de identificar os principais obstáculos enfrentados pelos órgãos responsáveis na fiscalização ambiental em relação à legislação vigente. Avaliar a infraestrutura e recursos disponíveis para os órgãos de fiscalização ambiental, considerando equipamentos, pessoal e orçamento. Analisar a efetividade das estratégias adotadas pelos órgãos de fiscalização na prevenção e combate a atividades que violam as normativas ambientais. Compreender a percepção da comunidade em relação à fiscalização ambiental, incluindo aspectos como conscientização, colaboração e satisfação. Delimitar, por meio de mapeamento, as áreas de maior incidência de infrações ambientais e as características associadas a essas ocorrências.

No cenário global atual, a preservação ambiental emergiu como uma questão premente, tornando particularmente pertinente este exame dos obstáculos encontrados na fiscalização ambiental no Estado de Goiás. A Polícia Militar Ambiental assume uma posição fulcral na fiscalização e aplicação da legislação ambiental, salvaguardando assim a biodiversidade e promovendo a sustentabilidade dos ecossistemas. Através da exploração dos desafios enfrentados por esta instituição, este estudo visa não apenas identificar os problemas existentes, mas também propor abordagens e resoluções inventivas que possam aumentar a eficiência dos esforços de fiscalização, beneficiando, em última análise, a proteção ambiental em Goiás.

O significado social e econômico deste estudo estende-se para além do domínio do ambiente. Abrange implicações para o bem-estar da sociedade, o bem-estar da comunidade e a sustentabilidade dos esforços econômicos. Consequentemente, ao enfrentar os obstáculos na supervisão ambiental, esta investigação ajuda a cultivar uma consciência partilhada relativamente à importância da preservação ambiental. Também promove esforços colaborativos entre a Polícia Militar Ambiental, a comunidade e outras partes interessadas. Esta abordagem interdisciplinar ressalta a necessidade de uma abordagem holística para

encontrar soluções que harmonizem o progresso humano com a salvaguarda ambiental no contexto único de Goiás.

2 REVISÃO TEÓRICA

O objetivo principal deste exame teórico é fornecer uma análise abrangente dos obstáculos enfrentados na fiscalização ambiental no Estado de Goiás. O objetivo é estabelecer uma base sólida e fornecer um quadro contextual para a compreensão dos desafios que a Polícia Militar Ambiental encontra em suas operações diárias. À luz da crescente ênfase global na conservação ambiental, é crucial compreender os princípios conceituais, legais e operacionais que regem as atividades desta instituição. A revisão teórica abrangerá diversos assuntos, incluindo a legislação ambiental brasileira, o papel das forças policiais neste domínio e os aspectos singulares das atribuições da Polícia Militar Ambiental.

O foco desta exploração será o arcabouço legal que sustenta a atuação da Polícia Militar Ambiental no contexto da proteção ambiental. A ênfase será colocada nas principais leis e regulamentos que regem a supervisão e proteção do meio ambiente. Além disso, serão discutidos conceitos essenciais relativos à preservação do meio ambiente, da biodiversidade e da importância das fiscalizações para a promoção da sustentabilidade.

O exame também se concentrará no conjunto de trabalhos escritos dedicados à segurança ambiental, examinando investigações e artigos acadêmicos que investigam as dificuldades encontradas pelas organizações responsáveis pela aplicação da lei no domínio da supervisão ambiental. Serão investigadas abordagens implementadas em outros lugares ou em diferentes nações para lidar com questões comparáveis, apresentando perspectivas valiosas para a compreensão das distintas circunstâncias de Goiás.

A fim de situar o presente estudo no contexto mais amplo da inspeção ambiental, será realizado um exame minucioso da literatura existente. Esta revisão abrangente visa identificar quaisquer áreas que tenham sido negligenciadas ou que exijam maior exploração. Ao analisar criticamente a investigação disponível, esta revisão estabelecerá uma base sólida para o presente estudo e a sua contribuição para o corpo de conhecimento existente.

2.1 POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

A Polícia Militar (PM) e a Polícia Militar do Meio Ambiental (PMA) são dois órgãos distintos, cada um com atribuições e áreas de atuação próprias no sistema de segurança

pública. Embora a PM desempenhe um papel mais amplo na manutenção da ordem pública e na prevenção e combate ao crime, o foco específico da PMA é a proteção e preservação do meio ambiente. O alcance de suas atividades e a formação de seus profissionais. A PM é responsável por toda a segurança pública e realiza patrulhamento aberto, policiamento preventivo e repressivo, além de atuar em emergências e prestar atendimento à população. Seus policiais são treinados para lidar com diversas situações, desde o policiamento urbano até o combate a crimes mais graves. (CARVALHO, 2015).

Já a Polícia Militar Ambiental tem como foco monitorar e fazer cumprir as leis ambientais que visam proteger os recursos naturais, combater a exploração ilegal da flora e da fauna, prevenir a degradação ambiental e garantir o cumprimento dos padrões de conservação. Seus profissionais recebem formação especializada em questões ambientais, incluindo conhecimentos ecológicos, legislação ambiental e técnicas de fiscalização. Além disso, os deveres e poderes legais de cada agência variam. A PM opera sob a Lei de Segurança Pública e o Código Penal, enquanto a PMA opera sob legislação específica relacionada ao meio ambiente, como a Lei de Crimes Ambientais e outras leis estaduais e federais. (CARVALHO, 2015).

Em resumo, embora tanto a PM como a PMA fazem parte do sistema de segurança pública, têm finalidades e áreas de actividade diferentes, refletindo a necessidade de abordagens especializadas para abordar diferentes aspectos da segurança e proteção da sociedade, incluindo a proteção do ambiente. Como explicitado no quadro abaixo.

Quadro 1- Comparativo entre PM e PMA

Aspecto	Polícia Militar	Polícia Militar Ambiental
Área de atuação	Segurança pública em geral, incluindo policiamento ostensivo e repressivo, socorro à população.	Proteção e preservação do meio ambiente, fiscalização ambiental, combate à exploração ilegal de flora e fauna.
Formação dos profissionais	Treinamento amplo para lidar com diversas situações de segurança pública.	Formação específica em questões ambientais, incluindo ecologia, legislação ambiental, técnicas de fiscalização.
Competências legais	Atuação conforme leis de segurança pública e Código Penal.	Atuação conforme leis ambientais, como a Lei de Crimes Ambientais.
Enfoque	Manutenção da ordem pública,	Fiscalização e aplicação das

Aspecto	Polícia Militar	Polícia Militar Ambiental
	prevenção e combate ao crime.	leis ambientais, preservação dos recursos naturais.
Exemplos de atividades	Patrulhamento urbano, intervenções em ocorrências criminais, atendimento a chamados de emergência.	Fiscalização de desmatamento, caça ilegal, poluição ambiental, resgate de animais silvestres.

Fonte: NASCIMENTO, 2017.

A Constituição Federal, especificamente o artigo 225, garante a todo indivíduo o direito fundamental de vivenciar um ambiente equilibrado e ecologicamente saudável, onde a convivência da flora e da fauna seja mantida em harmonia. O dever de salvaguardar e preservar esse direito para as gerações futuras é do Poder Público, cabendo a todos os entes federativos promover ativamente a sustentabilidade ambiental e regular a poluição. Neste quadro, torna-se evidente o papel central da polícia ambiental, uma vez que a sua ação administrativa se baseia na autoridade que lhe é conferida pela legislação. Igualmente importante é o campo do direito ambiental, que assume um papel crítico na compreensão das normas e regulamentos relativos ao meio ambiente.

Conforme enfatiza Pelicioni (1998) e as diretrizes estabelecidas na referida lei, a educação ambiental deve ir além da mera teoria e traduzir-se em implementação prática. Como parte da Polícia Militar Ambiental, a instituição está integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), instituído em 1981 pela Lei Federal nº 6.938. Esta filiação capacita-os para a realização de iniciativas educativas que visem salvaguardar, preservar e melhorar a qualidade de vida através da promoção de um ambiente mais saudável.

A Polícia Militar Ambiental desenvolve uma série de atividades, destacando-se a fiscalização, a prevenção de ações poluidoras, a implementação de campanhas educativas e a promoção da justiça ambiental. Esses esforços exemplificam a dedicação da instituição não apenas em salvaguardar o meio ambiente, mas também em promover a conscientização e envolver a comunidade no desenvolvimento de comportamentos sustentáveis (PELICIONI, 1998).

Preservar o ambiente é uma tarefa crucial face aos desafios trazidos pela evolução da humanidade, nomeadamente em termos de desenvolvimento socioeconômico sustentável. É imperativo que trabalhemos em conjunto, com o envolvimento das autoridades públicas, do sector privado e da sociedade como um todo, para garantir a continuidade da vida das

gerações presentes e futuras. A Polícia Militar Ambiental desempenha um papel vital na manutenção da ordem pública em relação às questões ambientais.

Por meio de atividades de educação e fiscalização ambiental, eles se esforçam para cumprir sua missão. O policiamento ambiental ostensivo é de competência do Poder de Polícia, abrangendo a aplicação de regulamentos, fiscalizações e penalidades, tudo dentro dos limites estabelecidos pela Lei. Esses esforços de policiamento baseiam-se tanto em princípios gerais aplicáveis a todos os tipos de policiamento quanto em princípios específicos exclusivos do policiamento ambiental ostensivo (CARVALHO, 2015).

Embora a fiscalização ambiental seja uma tarefa importante da Polícia Militar, ela é secundária à sua missão principal de preservar a ordem pública. De acordo com a pesquisa realizada por Philippi Jr., Freitas e Spínola (2016), é importante ressaltar que a fiscalização ambiental não é uma função típica da Polícia Militar. A missão principal da Polícia Militar é realizar o policiamento de proteção ostensiva de acordo com os requisitos constitucionais.

Contudo, Carvalho (2015) defende que a fiscalização ambiental é uma atividade inerente ao policiamento ambiental ostensivo, servindo como um dos métodos empregados para o exercício do poder de polícia. Esta atividade deverá ser realizada na jurisdição territorial da Organização Policial Militar responsável pela sua execução.

Envolve mais do que a mera presença e observação do ambiente; requer a interpretação de indicadores operacionais, compreendendo as interdependências dos recursos naturais e garantindo o cumprimento dos padrões socioambientais (Carvalho, 2015). Carvalho (2015) enfatiza ainda que as ações de policiamento ambiental ostensivo impactam diretamente na vida das pessoas, afetando seus bens e direitos. A colaboração eficaz com órgãos e entidades de proteção ambiental é crucial para alcançar a harmonia entre as ações de planejamento e policiamento, otimizando assim a utilização de recursos e beneficiando todas as partes envolvidas.

Nesse contexto, a Polícia Militar Ambiental desempenha papel de destaque na manutenção da ordem pública em matéria ambiental. Para atingir esse objetivo, a instituição realiza ações focadas em educação ambiental e fiscalizações. A presença visível do policiamento ambiental é essencial neste cenário, pois é amparada pela autoridade do Poder de Polícia. Esta prática concretiza-se através do estabelecimento da ordem, do consentimento, da fiscalização e da aplicação de sanções, tudo isto conduzido de acordo com os requisitos legais (Carvalho, 2015).

Embora a preservação da ordem pública continue sendo a missão principal da Polícia Militar, a fiscalização ambiental também é uma responsabilidade crucial. No entanto, é

considerada uma função auxiliar e não uma atividade principal. Segundo Philippi Jr., Freitas e Spínola (2016), a fiscalização ambiental não é uma tarefa típica da Polícia Militar, cuja função constitucional está focada no policiamento ostensivamente protetor. Carvalho (2015, p. 28) explica que a fiscalização ambiental é parte inerente ao policiamento ambiental ostensivo, servindo como meio de exercício do poder de polícia.

Esta atividade vai além da mera observação e requer uma abordagem mais abrangente dentro da jurisdição da Organização Policial Militar responsável. Envolve analisar indicadores operacionais, compreender a interdependência dos recursos naturais e aplicar padrões socioambientais (Carvalho, 2015). As ações de policiamento ambiental ostensivo impactam diretamente a vida das pessoas, afetando seus bens e direitos. Também promovem a colaboração com órgãos e entidades de proteção ambiental, facilitando o planejamento coordenado, a otimização de recursos e a eficácia global.

2.2 DESAFIOS DA POLÍCIA AMBIENTAL DE GOIÁS NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: Uma Análise Crítica

A atuação da Polícia Ambiental no Estado de Goiás é vital para a preservação ambiental, enfrentando desafios complexos que exigem abordagens estratégicas e colaborativas. Um dos principais desafios está relacionado à extensa legislação ambiental e à necessidade de constante atualização dos agentes ambientais para garantir o cumprimento eficaz das normativas. A complexidade dessas leis, muitas vezes, demanda interpretações especializadas, tornando imperativa a capacitação constante dos profissionais envolvidos (CARVALHO, 2015).

Outro desafio significativo é a falta de recursos adequados, tanto financeiros quanto tecnológicos. Equipamentos obsoletos e a escassez de investimentos em tecnologia comprometem a eficácia das operações da Polícia Ambiental. A modernização e a capacitação técnica tornam-se, portanto, aspectos cruciais para superar esses obstáculos e garantir uma atuação eficiente (SCHNEIDER, 2011).

A falta de integração efetiva entre os órgãos e entidades envolvidos na proteção ao meio ambiente também é um desafio a ser superado. A colaboração entre diferentes esferas governamentais e organizações é fundamental para uma abordagem holística na preservação ambiental. A criação de mecanismos eficazes de comunicação e coordenação entre esses atores é essencial para otimizar recursos e promover a efetividade das ações (PHILIPPI JR. et al., 2016).

Outro desafio premente enfrentado pela Polícia Ambiental de Goiás é a crescente pressão decorrente das atividades antrópicas. O aumento das infrações ambientais, muitas vezes associadas ao desmatamento, à caça ilegal e à poluição, sobrecarrega os recursos da Polícia Ambiental. A necessidade de lidar com um volume significativo de ocorrências demanda uma estrutura robusta e estratégias eficazes para conter e prevenir essas práticas danosas à biodiversidade e aos ecossistemas (REIS, 2016).

A falta de conscientização da sociedade sobre a importância da preservação ambiental também representa um desafio considerável. A Polícia Ambiental não apenas enfrenta a missão de coibir atividades ilegais, mas também precisa atuar na educação ambiental. A promoção da conscientização da população é crucial para criar uma cultura de respeito ao meio ambiente e para engajar a comunidade de forma ativa na preservação (CARVALHO, 2015).

Além disso, as mudanças climáticas emergem como um desafio adicional, impactando diretamente na dinâmica e na intensidade dos eventos ambientais. A Polícia Ambiental precisa adaptar suas estratégias e protocolos para lidar com fenômenos climáticos extremos, desastres naturais e suas repercussões na preservação ambiental (Ciccoti et al., 2017).

Em síntese, a complexidade dos desafios enfrentados pela Polícia Ambiental de Goiás na preservação ambiental requer abordagens integradas, que considerem tanto a capacidade técnica e operacional quanto a sensibilização da sociedade e a adaptação às mudanças climáticas.

Em resumo, os desafios enfrentados pela Polícia Ambiental de Goiás na preservação ambiental demandam uma abordagem multidimensional que englobe a capacitação constante dos agentes, investimentos em tecnologia, integração efetiva entre os órgãos e uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e quantitativa para compreender de maneira abrangente os desafios enfrentados pela Polícia Ambiental de Goiás na preservação ambiental. A estrutura do trabalho será organizada em diferentes etapas, iniciando com uma revisão extensiva da literatura relacionada aos desafios ambientais, policiamento ostensivo ambiental e estratégias de preservação. Em seguida, a pesquisa

empregará métodos mistos, integrando entrevistas, questionários e análise documental para obter uma visão holística da situação.

Fontes e Acesso aos Dados: A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com membros da Polícia Ambiental de Goiás, especialistas em direito ambiental, gestão pública e demais envolvidos. Além disso, questionários serão distribuídos para a comunidade local, visando entender a percepção da sociedade sobre as ações da Polícia Ambiental. As fontes secundárias incluirão documentos institucionais, relatórios de ocorrências e legislação ambiental vigente.

Características da Amostra: A amostra será delineada de maneira estratificada, considerando diferentes grupos de interesse, como membros da Polícia Ambiental, representantes de órgãos ambientais, comunidade local e especialistas. O público-alvo incluirá policiais ambientais, gestores ambientais, juristas, representantes de organizações não governamentais e cidadãos residentes na região de atuação da Polícia Ambiental de Goiás.

Coleta/Produção de Dados: A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e análise documental. Durante o trabalho de campo, as entrevistas serão gravadas, observações serão registradas, e questionários serão distribuídos de forma presencial e online. O uso de software de apoio será considerado para a organização e categorização dos dados.

Análise dos Dados: A análise dos dados seguirá uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas de análise de conteúdo para identificar padrões, temas recorrentes e nuances nas respostas. A perspectiva adotada será interpretativa, buscando compreender os significados subjacentes aos desafios identificados. Não está previsto o uso de software específico, optando-se por uma análise manual e detalhada.

Instrumentos de Coleta de Dados: Os instrumentos de coleta incluirão roteiros de entrevistas semiestruturadas e questionários elaborados com base nos objetivos específicos da pesquisa. Os questionários serão distribuídos de forma estratégica, considerando as características da amostra e os diferentes pontos de vista envolvidos.

Essa metodologia integrada permitirá uma análise abrangente dos desafios enfrentados pela Polícia Ambiental de Goiás na preservação ambiental, proporcionando ideias valiosas para o aprimoramento de suas estratégias e ações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

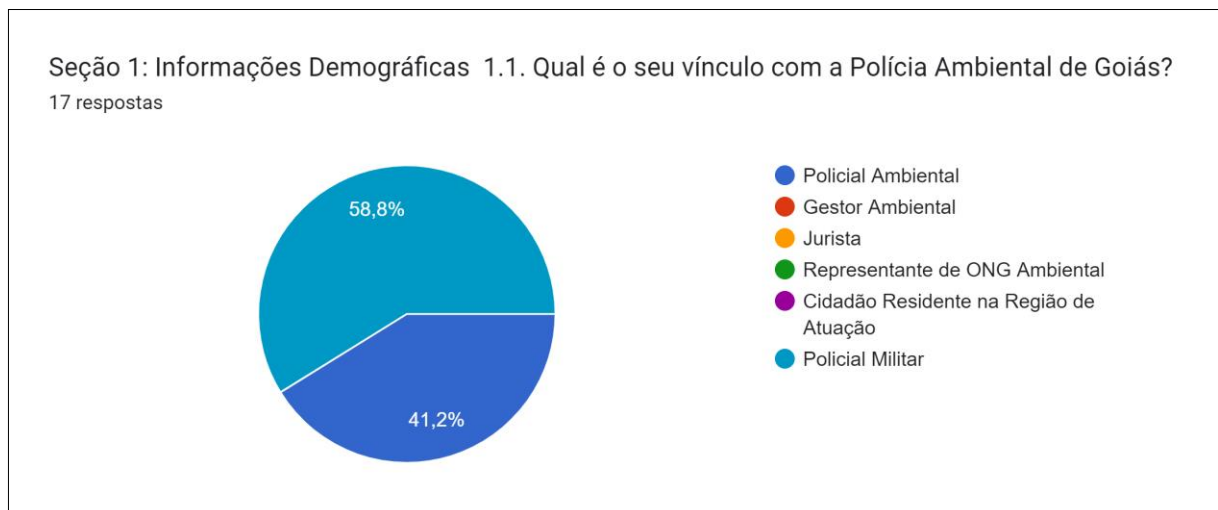
O gráfico 1 mostra os contatos dos participantes com a polícia ambiental do estado de Goiás. Entre os entrevistados, 58,8% estavam vinculados à gendarmaria e 41,2% à polícia ambiental.

Esses resultados indicam discordância entre os participantes em relação às afiliações institucionais. A maioria dos entrevistados estava associada à Polícia Militar, indicando que a amostra incluía uma grande proporção de profissionais de segurança pública. Por outro lado, uma proporção significativa também está associada à polícia ambiental, indicando uma grande proporção de profissionais especificamente envolvidos na aplicação da legislação ambiental.

Esta divisão pode influenciar as percepções e experiências dos participantes sobre os desafios enfrentados pelas inspeções ambientais. Os associados à polícia militar provavelmente terão uma visão mais holística da segurança pública, enquanto os associados à polícia ambiental provavelmente terão uma compreensão mais específica dos desafios ambientais e das práticas de fiscalização relacionadas.

Esta interpretação dos dados destaca a importância de considerar a diversidade de experiências e perspectivas dos participantes ao analisar os desafios da fiscalização ambiental no estado de Goiás.

Gráfico 01 – Vínculo com a Polícia Ambiental de Goiás



Fonte: Próprio autor

O gráfico 2 mostra a familiaridade dos participantes com o desafio da fiscalização ambiental. Entre os entrevistados, 44,4% disseram estar muito familiarizados com esses desafios, enquanto 27,8% se consideraram um tanto familiarizados. Uma pequena minoria (22,2%) disse não estar familiarizada com o assunto, e apenas 5,6% disseram não estar familiarizados com os desafios das inspeções ambientais.

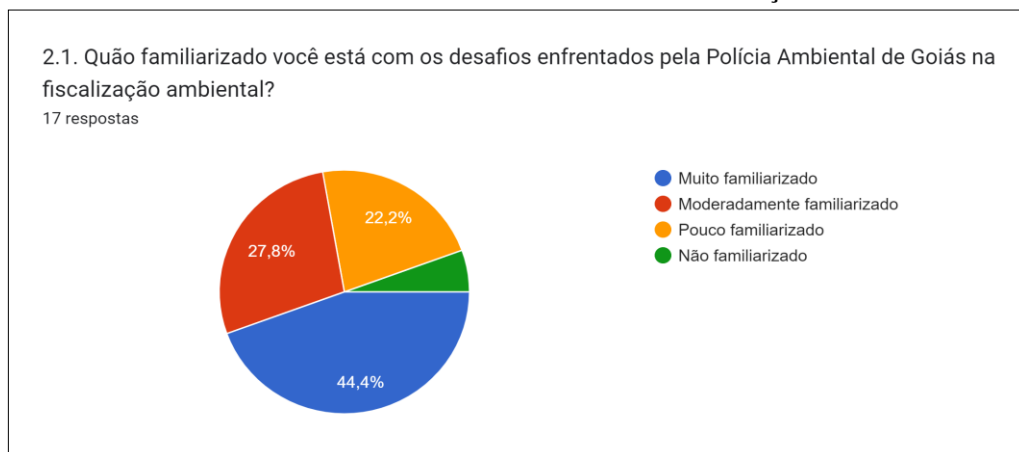
Esses resultados indicam que a maioria dos participantes possui algum nível de familiaridade com os desafios enfrentados pelas fiscalizações ambientais no estado de Goiás. A elevada proporção de participantes que se consideravam muito familiarizados indicava que os entrevistados possuíam amplo conhecimento e experiência nessas áreas. Isso pode ser atribuído à sua atuação profissional na área ambiental ou à sua proximidade com as questões ambientais em suas atividades diárias.

Por outro lado, a presença de participantes que se auto identificaram como menos familiarizados ou menos familiarizados sugere que ainda há espaço para melhorias na consciência e compreensão dos desafios da fiscalização ambiental, especialmente entre aqueles que não estão diretamente envolvidos no terreno.

A interpretação dos dados destaca a importância de considerar a familiaridade dos participantes ao discutir e propor soluções para os desafios da fiscalização ambiental no estado de Goiás. A diversidade de perspectivas e experiências dos participantes pode enriquecer as discussões e ajudar a desenvolver abordagens mais abrangentes e eficazes para estes desafios.

A compreensão dos desafios enfrentados na fiscalização ambiental é crucial para o desenvolvimento e implementação de políticas eficazes de proteção ambiental. Como observado por diversos estudiosos, incluindo Sousa; Cavalcante (2016) uma compreensão aprofundada desses desafios permite que as autoridades identifiquem lacunas na legislação, aloquem recursos de forma mais eficiente e desenvolvam estratégias de fiscalização mais eficazes, resultando em uma proteção ambiental mais robusta e sustentável.

Gráfico 2 - Familiaridade com Desafios na Fiscalização Ambiental



Fonte: próprio autor

O gráfico 3 mostra as percepções dos participantes sobre a consciência ambiental da comunidade em relação aos desafios da fiscalização ambiental. Entre os entrevistados, 58,8%

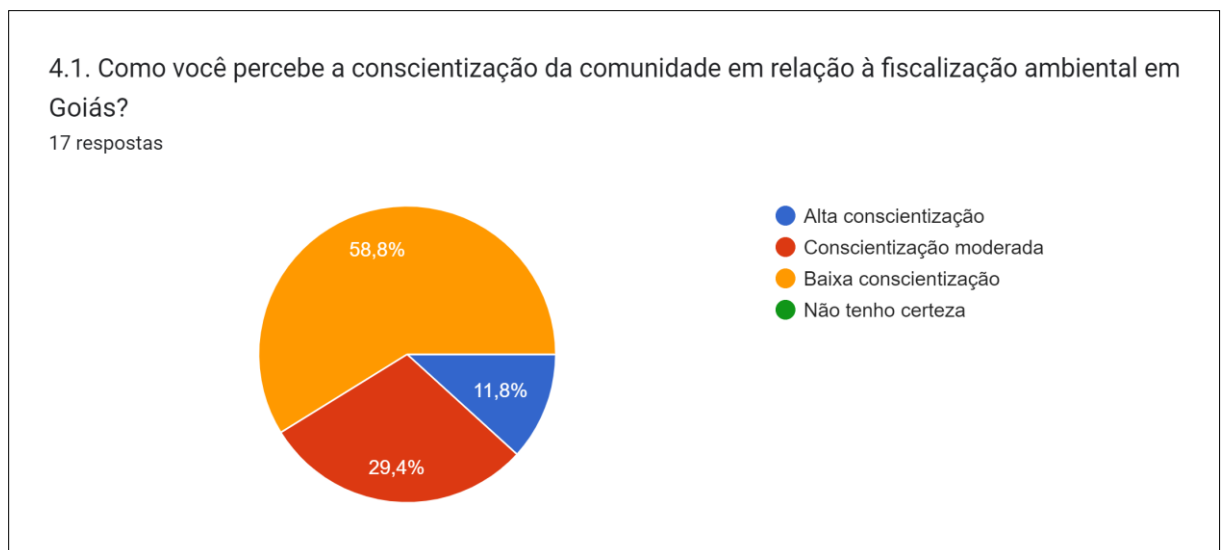
acreditam que a consciência ambiental da comunidade é baixa e 29,4% acreditam que é média. Apenas 11,8% dos participantes acreditavam que a consciência ambiental da comunidade era elevada.

Estes resultados revelam percepções predominantemente negativas da consciência ambiental da comunidade. A maioria dos participantes considerou que o nível de consciência da sociedade sobre os desafios enfrentados pelas inspeções ambientais foi inferior ao esperado. Isto mostra que a sociedade tem uma consciência insuficiente das questões ambientais e da importância da regulamentação da proteção ambiental.

Um número significativo de participantes classificou a consciência ambiental na comunidade como moderada ou alta, indicando que estão a ser tomadas algumas medidas para aumentar a consciência ambiental. No entanto, uma proporção significativa de participantes ainda acreditava que é necessário fazer mais para melhorar a consciência ambiental da comunidade.

A interpretação dos dados destaca a necessidade de maiores esforços de educação ambiental e de maior conscientização da comunidade sobre os desafios da inspeção ambiental. Uma maior conscientização pode levar a um maior envolvimento da comunidade na proteção do ambiente e à exigência de políticas de aplicação ambiental mais rigorosas.

Gráfico 03 – Vínculo com a Polícia Ambiental de Goiás



Fonte: próprio autor

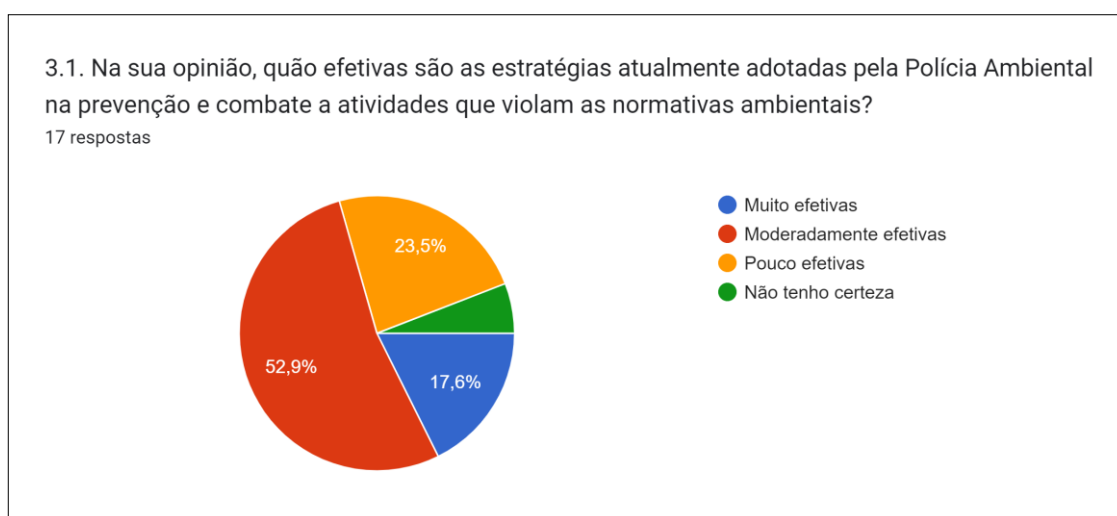
O gráfico 04 mostra a percepção dos entrevistados sobre a eficácia das atuais estratégias adotadas pela polícia ambiental na prevenção e combate às atividades que violam as regulamentações ambientais. A maioria dos entrevistados (52,9%) acredita que as

estratégias de policiamento ambiental são moderadamente eficazes. Isto sugere um reconhecimento de que estas estratégias estão a funcionar até certo ponto, mas que ainda há espaço para melhorias e aperfeiçoamento.

Por outro lado, 23,5% dos entrevistados acreditam que estas estratégias são ineficazes. Isto demonstra sérias preocupações sobre a atual eficácia da polícia ambiental na prevenção e combate a atividade que violam as regulamentações ambientais. Apenas 17,6% dos entrevistados consideraram que estas estratégias eram muito eficazes, indicando que uma minoria acredita que as abordagens atuais são muito bem sucedidas na proteção do ambiente.

Por fim, 5,9% dos entrevistados manifestaram incerteza quanto à eficácia das estratégias adotadas pela polícia ambiental. Isto sugere uma falta de clareza ou confiança na capacidade das estratégias existentes para abordar eficazmente as violações ambientais. Em resumo, os resultados da figura refletem uma série de opiniões sobre a eficácia das estratégias de polícia ambiental, com uma grande tendência para a opinião de que são moderadamente eficazes, mas também realçando preocupações e incertezas sobre a sua eficácia em determinadas áreas.

Gráfico 04- Estratégias de Fiscalização e Prevenção



Fonte: Próprio autor.

5. CONCLUSÃO

Ao analisar os resultados obtidos neste estudo, percebe-se que obtivemos importantes ideias sobre os desafios enfrentados pela Polícia Militar Ambiental do estado de Goiás durante as fiscalizações ambientais. Os dados apresentados revelam as diversas perspectivas e

experiências dos participantes, refletindo a complexidade das questões ambientais associadas às diversas abordagens adotadas pela agência.

Inicialmente, revisamos cuidadosamente os objetivos traçados para este estudo. O estudo teve como objetivo identificar os principais obstáculos enfrentados pela Polícia Militar Ambiental do Estado de Goiás nas fiscalizações ambientais, avaliar a infraestrutura e os recursos disponíveis para esses órgãos, analisar a eficácia das estratégias de fiscalização e compreender a percepção da comunidade sobre essas atividades. Ao revisitar estes objetivos à luz dos resultados obtidos, pode-se concluir que o estudo foi capaz de dar uma resposta satisfatória a cada objetivo.

A análise dos dados revelou que a maioria dos participantes estava familiarizada com os desafios da fiscalização ambiental e acreditava que a consciência ambiental na comunidade era relativamente baixa. Além disso, houve diferenças entre os participantes da gendarmaria e da polícia ambiental, o que destaca a importância de considerar a diversidade institucional ao abordar estas questões.

Ao comparar os resultados com os objetivos da pesquisa, pode-se dizer que este estudo proporciona uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados pela polícia ambiental do estado de Goiás. Além disso, destaca a necessidade de aumentar a consciência ambiental da comunidade e melhorar a colaboração e inspeções ambientais abrangentes.

No entanto, deve-se reconhecer que este estudo não esgota todas as questões relacionadas às inspeções ambientais em Goiás, e a complexidade dessas questões requer investigação continuada e aprofundada e medidas práticas para enfrentar os desafios identificados.

Este estudo, também levanta reflexões importantes sobre o papel da polícia militar ambiental, a conscientização ambiental nas comunidades e a necessidade de uma abordagem colaborativa para a proteção ambiental. Espera-se que ideias geradas a partir deste estudo contribuam para o desenvolvimento de políticas e estratégias de monitoramento ambiental mais eficazes no estado de Goiás e inspirem pesquisas futuras sobre este tema crítico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 de março de 2024.

BRASIL, **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 2023. Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril-1999-373224-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 08 de abril de 2024.

CARVALHO, Moisés Brandão. **Manual Policial Ambiental: Procedimentos nos Crimes Contra a Fauna**. Salvador: Clube de Autores, 2015.

CICCOTI, Larissa; et al. **Desastres: Múltiplas Abordagens e Desafios**. São Paulo: Elsevier, 2017.

GOIÁS. **Constituição Estadual**, 05 de outubro de 1989, Goiânia, GO. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/103152/pdf>. Acesso em: 17 de março de 2024.

NASCIMENTO, Odair Mota do. **Gestão e Segurança Ambiental**. Curso de Formação de Praças – CFP, 2017, Goiânia-GO: PMGO. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/143/17/Material%20de%20Apoio%20%20Gest%C3%A3o%20e%20Seguran%C3%A7a%20Ambiental.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 20224.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental, Qualidade de Vida e Sustentabilidade. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 19-31, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n2/03> Acesso em 10 de janeiro 2024.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luíssa Silva. **Direito Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2016.

REIS, Rui. **Polícia Ambiental: 134 Armas de Fogo Apreendidas em 2016**. Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás– SSPGO, maio 2016. Disponível em: <http://www.ssp.go.gov.br/destaques/policia-ambiental-134-armas-de-fogosapreendidas- apenas-em-2016.html> Acesso em 10 de janeiro 2024.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto. **Abordagens Atuais em Segurança Pública**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Kelly; CAVALCANTE, Márcia. Atuação da Polícia Militar Ambiental de Goiás na Repressão de Crimes. **Revista RBMC**, v.2, edição 4, Novembro, 2016. Disponível em: <http://abspmbm.com.br/site/wp-content/uploads/2017/01/RevistaRBMC-novembro-2016.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2024.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA SOBRE DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL EM GOIÁS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Estudo/Projeto: **OS DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE GOIÁS**

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar do estudo/projeto intitulado "**OS DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE GOIÁS.**" Antes de concordar em participar, é fundamental que você leia cuidadosamente as informações a seguir. Caso haja alguma dúvida ou preocupação, sinta-se à vontade para entrar em contato com os responsáveis pelo estudo.

Objetivo do Estudo/Projeto:

O objetivo deste estudo/projeto é examinar os desafios os enfrentados na Fiscalização ambiental em Goiás, analisando as barreiras e oportunidades para a efetiva aplicação das normativas ambientais na região. Suas respostas e contribuições são valiosas para a realização e conclusão deste trabalho.

Procedimentos:

Durante a participação, você será solicitado(a) a responder atentamente as questões a seguir. Estima-se que o tempo de dedicação seja de aproximadamente de 5 a 10 minutos.

Confidencialidade:

As informações coletadas serão tratadas de forma estritamente confidencial. Seus dados serão anonimizados, garantindo que sua identidade não seja revelada em nenhum momento. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para os propósitos deste estudo/projeto.

Riscos e Benefícios:

Não há riscos significativos associados à participação neste estudo/projeto. Os benefícios incluem o significado social e económico deste estudo estende-se para além do domínio do ambiente. Abrange implicações para o bem-estar da sociedade, o bem-estar da comunidade e a sustentabilidade dos esforços económicos.

Participação Voluntária:

Sua participação neste estudo/projeto é completamente voluntária. Você tem o direito de recusar ou interromper sua participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Consentimento:

Ao clicar em "Concordo" no final deste formulário, você estará indicando que leu e compreendeu as informações fornecidas, que teve a oportunidade de esclarecer dúvidas, e que concorda voluntariamente em participar deste estudo/projeto.

Agradecimento:

Agradecemos sinceramente por considerar participar deste estudo/projeto e contribuir para a ampliação do conhecimento em Segurança Pública.

Ao concordar em participar, você confirma que leu e compreendeu as informações fornecidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. Você concorda em participar? *

Marcar apenas uma opção.

Concordo -Ao clicar em "Concordo", você indica seu consentimento para participar deste estudo/projeto.

Não concordo

2. **Seção 1: Informações Demográficas** *

1.1. Qual é o seu vínculo com a Polícia Ambiental de Goiás?

Marcar apenas uma opção.

Policial Ambiental

Gestor Ambiental

Jurista

Representante de ONG Ambiental

Cidadão Residente na Região de Atuação

Policial Militar

Outro:

3. 1.2. Há quanto tempo você está envolvido em atividades relacionadas à preservação ambiental em Goiás? *

Pular para a pergunta 4

Seção 2: Familiaridade com Desafios na Fiscalização Ambiental

4. 2.1. Quão familiarizado você está com os desafios enfrentados pela Polícia* Ambiental de Goiás na fiscalização ambiental?

- Marcar apenas uma opção.*
- Muito familiarizado
- Moderadamente familiarizado
- Pouco familiarizado
- Não familiarizado

2.2. Quais você considera serem os principais desafios enfrentados pela Polícia Ambiental de Goiás na fiscalização ambiental? (Marque todas que se aplicam) *Marcar apenas uma opção.*

- Infraestrutura inadequada
- Limitação de recursos (equipamentos, pessoal, orçamento)
- Dificuldade na aplicação da legislação ambiental vigente
- Falta de conscientização da comunidade Colaboração insuficiente da comunidade
- Outro: _____

Pular para a pergunta 6

Seção 3: Estratégias de Fiscalização e Prevenção

6. 3.1. Na sua opinião, quão efetivas são as estratégias atualmente adotadas pela * Polícia Ambiental na prevenção e combate a atividades que violam as normativas ambientais?

- Marcar apenas uma opção.*
- Muito efetivas
- Moderadamente efetivas
- Pouco efetivas
- Não tenho certeza

7. 3.2. Como você avalia o mapeamento das áreas de maior incidência de * infrações ambientais realizado pela Polícia Ambiental?

Pular para a pergunta 8

Seção 4: Percepção da Comunidade e Conscientização Ambiental

8. 4.1. Como você percebe a conscientização da comunidade em relação à fiscalização ambiental em Goiás?

- Marcar apenas uma opção.*
- Alta conscientização
- Conscientização moderada
- Baixa conscientização
- Não tenho certeza
- Outro:

9. 4.2. Você acredita que a falta de conscientização da comunidade impacta a * eficácia da fiscalização ambiental?

Pular para a pergunta 10

Seção 5: Sugestões e Colaboração

10. 5.1. Que sugestões você teria para aprimorar as estratégias de fiscalização da * Polícia Ambiental de Goiás

11. 5.2. Você acredita que a colaboração entre a Polícia Ambiental, a comunidade e outras partes interessadas pode melhorar a eficácia da fiscalização ambiental em Goiás?

Agradecemos a sua participação! Suas respostas são fundamentais para o avanço do entendimento sobre os desafios na fiscalização ambiental em Goiás.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A - TÍTULO